



**Procedômio Advocacia e Assessoria Jurídica**  
**Dr. José Francisco Procedômio da Silva**  
**OAB/PI Nº 12.813**

**PROCURAÇÃO AD JUDITIA**

|   |                           |                        |
|---|---------------------------|------------------------|
| <b>OUTORGANTE:</b> João de Deus Nunes da Rocha  |                           |                        |
| Nacionalidade:<br>Brasileira  | Estado Civil:<br>Solteiro | Profissão:<br>Vendedor |
| RG nº: 757.681-SSP/PI   | CPF/MF nº: 347.233.153-49 |                        |
| Endereço: Rua Jorn. Julio Cesar Macedo Galvão, nº 5514, Bairro: Vale Quem tem, Ridade de Teresina-PI, CEP: 64.057-135 |                           |                        |

**OUTORGADO:** JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)  
RG nº: 2.684.877 - SSP/PI RG nº: 1.457.994-SSP/PI  
CPF/MF nº: 023.365.163-22 CPF/MF nº: 703.754.703-44  
Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.  
Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI (CEP: 64019-330).

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Principio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor Ação de Cobrança de Indenização de Seguro PRIVAT por Invalidez Advindos de Acidente de Trânsito.

Teresina - PI, 27 de dezembro de 2017.

*João de Deus Nunes da Rocha*

Outorgante

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
 JOAO DE DEUS NUNES DA ROCHA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISORUF  
 757681 SSP FI

CPF  
 347.233.153-49

DATA NASCIMENTO  
 26/12/1966

FILIAÇÃO  
 FRANCISCO RODRIGUES  
 DE SOUSA  
 EDITE NUNES DA ROCHA

PERMISSÃO  
 ACC  
 CAT. IAR  
 2

Nº REGISTRO  
 04096587420

VALIDADE  
 16/06/2021

1ª HABILITAÇÃO  
 21/09/2006

OBSERVAÇÕES

*João de Deus Nunes da Rocha*  
 ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
 TERESVIRA

DATA DE EMISSÃO  
 17/06/2016

90646953591  
 PI317327089

ASSINATURA DO EMISOR

PROIBIDO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1293462381



COMPANHIA ELETRICITA DO PIAUÍ  
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI  
CNPJ: 06.540.748/0001-85 Insc. Estadual: 15.101.353-5  
Nota Fiscal: Cofide Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de impressão autorizado pela SEFAZ/05/98

Para contato com a  
Eletrobras, informe  
este número

SEU CÓDIGO

0903025-5

Nº da Nota Fiscal

000877681

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de Abril de 2002

CONTAS EM DIA VENCIMENTO 29/08/2017 CONSUMO (LVA) 75 TOTAL PAGAR (R\$) 53,29

JOAO DE DEUS NUNES DA ROCHA  
R. JORN JULIO CESAR MACEDO GALVAO 5514 VALE QUEM TEM  
CPF: 00034723315349

| Atual: | Anterior: | Constante de Multiplicação: | Consumo Medido: | Consumo Faturado: | Atual: | Anterior:  | Próxima leitura: | Emissão:   | Apresentação: |
|--------|-----------|-----------------------------|-----------------|-------------------|--------|------------|------------------|------------|---------------|
|        | 8959      | 8884                        | 1,000           | 75                |        | 23/08/2017 | 21/07/2017       | 21/09/2017 | 23/08/2017    |
|        |           |                             |                 | 75                | FCAM   |            |                  |            | 23/08/2017    |

INDICADORES DA UNIDADE CONSUMIDORA

| Classe/Subclasse | Ligação | Número Medidor | Posto | Código Fat. | Média 12 meses |
|------------------|---------|----------------|-------|-------------|----------------|
|------------------|---------|----------------|-------|-------------|----------------|

HISTÓRICO DE CONSUMO

| Mês/ano consumo      | CONSUMO | 75 A R\$ 0,618593 = |       |
|----------------------|---------|---------------------|-------|
| JUL/17               | 55      |                     | 46,39 |
| JUN/17               | 53      |                     | 4,17  |
| MAI/17               | 57      |                     | 2,73  |
| ABR/17               | 52      |                     |       |
| MAR/17               | 30      |                     |       |
| FEV/17               | 53      |                     |       |
| JAN/17               | 10      |                     |       |
| DEZ/16               | 60      |                     |       |
| NOV/16               | 40      |                     |       |
| OUT/16               | 131     |                     |       |
| TARIFA SEM TRIBUTOS: |         |                     |       |
| - B A 75 - 0,463940  |         |                     |       |

MENSAGENS IMPORTANTES/REAVISO DE VENCIMENTO

| Mes/Ano | Valor R\$ | Unidade consumidora sujeita a suspensão do fornecimento de energia elétrica partir de 07/08/2017. O não pagamento poderá ensejar também a inclusão do nome do consumidor na SEREN. Caso tenha efetuado o pagamento, favor desconsiderar este aviso. |
|---------|-----------|---|
| 07/2017 | 35,90     |   |
| 06/2017 | 37,72     |   |

LIGUE 0800-086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 15-10-15 20:25  
Esta fatura poderá ser parcelada conforme Artigo 113, parágrafo primeiro da Resolução ANEEL-414/2010.

RESERVADO AO FISCO

| COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$        | IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$               |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| Distribuição: 158,5343.8392.6820 | Base de Cálculo: 93,14 D84A.06CL.0001 |
| Energia: 12,64                   | Alíquota ICMS: 46,39                  |
| Transmissão: 15,49               | Valor do ICMS: 20,00%                 |
| Encargos: 1,86                   | Valor do PIS: 9,27                    |
| Tributos: 4,82                   | Valor do COFINS: 0,11                 |
|                                  | 11,58                                 |

INDICADORES DE CONTINUIDADE

|      |       |       |      |      |       |      |
|------|-------|-------|------|------|-------|------|
| 5,19 | 10,38 | 20,77 | 3,30 | 6,60 | 13,20 | 2,94 |
| 0,00 |       |       | 0,00 |      |       | 0,00 |

TERESINA-SATELITE 06/2017 12,92

ROT: 15.001.59.21.509400

Eletrobras 0903025-5

Distribuição Piauí

MES FATURADO 08/2017

VENCIMENTO 29/08/2017

Nº da Nota Fiscal: 000877681 FCAM

83670000000 0 53290017000 4 00000000903 5 02550817008 8

SEQ.: 00099 UC: 0903025-5 DT.LEIT.: 23/08/2017 T.ENTR.: 03

Num. 713704 - Pág. 3

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

João de Deus Nunes da Rocha, brasileiro, solteiro,  
portador do RG.nº: 757.681 - SSP/PI e inscrito no CPF/MF  
nº: 347 / 233 / 153 - 49, residente e domiciliado na  
Rua Arn. Nôlino Cesar Macedo Salgado, nº 5514, Bairro: Vale Bem Tem,  
Cidade de Teresina-PI, CEP: 64.057-135.

DECLARA para os fins de obtenção de Assistência JUDICIÁRIA  
Gratuita que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não  
tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes  
a um processo judicial de Ação de Provisão de Indenização de

Seguro DPVAT por Invalidez Advindos de Acidente de Trânsito,  
sem prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe  
mensalmente a quantia de R\$: 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) e que  
está necessitando com urgência do fim de ver seu direito  
líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei  
7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50,  
ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV,  
da CF/88.

Teresina-PI, 27 de dezembro de 2017.

João de Deus Nunes da Rocha

(CPF 347 . 233 . 153 - 49)



ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

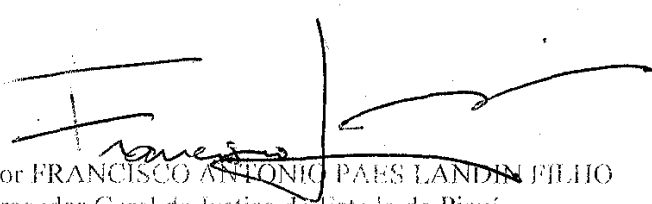
**Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.**

Senhores(as) Juizes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juizes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

  
Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO  
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí



TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA  
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58  
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.  
Assunto...: ENCAMINHAMENTO  
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDONDIAMENTO/CNJ.  
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA  
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

*De ordem,*  
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e  
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor  
**Francisco Antônio Paes Landim Filho**  
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico  
CEP 64000-830  
Teresina-PI

*Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro*  
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



**Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.**

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí  
Fonê: (86) 2107-5800



Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público<sup>1</sup> e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

*Data vênia*, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

**EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.**  
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

<sup>1</sup> A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.



**Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.**

**2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.**

**3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)**

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

**Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda**  
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA**



**PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**CLASSE:** Pedido de Providências

**REQUERENTE:** EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,  
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

**RÉU:**

**CERTIDÃO**

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

**MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE**  
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

**ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO**  
Secretário(a)



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA**

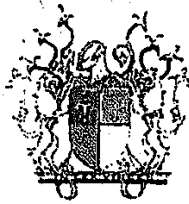
**REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ**

**PARECER**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.**

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

*In casu*, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E  
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

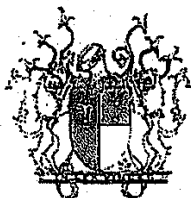
(...)

II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

**- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

**“DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99.”

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

**"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

*verbis*:

**PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.**

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

**PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.**

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

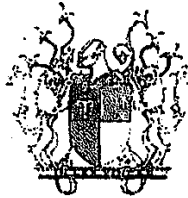
Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar  
concorrentemente sobre:  
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

**BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS**  
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Após o debate  
Painel de Comunicação  
Tema de Consequência  
do Int. Pi, para  
atribuição - que se to  
matização, para dos  
o fim de direito.



Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

523 v. 1.0

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.003772/2017-18

Unidade de Registro: GERÊNCIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA

Resp. pelo Registro: Francisco Stênio Ferreira Barbosa

Data/Hora: 04/09/2017 - 16:43

### DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Data/Hora

29/06/2017 - 07:30

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Bairro

SÃO RAIMUNDO

Endereço

ESTRADA DA CACIMBA VELHA, Nº:

Complemento

Ponto de Referência

### DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: JOÃO DE DEUS NUNES DA ROCHA

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

RG: 516990 SSP/PI

Mãe: MARIA ROSA DE JESUS

Pai: JOÃO FRANCISCO DE SALES

Endereço: RUA JORNALISTA JULIO CESAR M. GALVÃO, Nº 5514

Bairro: VALÉ QUEM TEM

Cidade: TERESINA

### NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

### RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE INFORMA QUE TRAFEGAVA NA ESTRADA DA CACIMBA VELHA, CONDUZINDO A MOTO HONDA/CG 150 FAN ESDI, COR PRETA, ANO 2014, PLACA PIA-2746, RENAVAM 01135119004, DE PROPRIEDADE DE JOÃO DE DEUS NUNES DA ROCHA FILHO, QUANDO UM ANIMAL (CACHORRO) INVADIU A VIA PROVOCANDO O ACIDENTE COM O NOTICIANTE, QUE FICOU LESIONADO E FOI SOCORRIDO POR TERCEIROS E LEVADO PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) DO RENASCENÇA, POSTERIORMENTE FOI TRANSFERIDO PELA SENHORA FRANCISCA MARIA DE SALES SOARES RG 516.990 SSP-PI, E LEVADO PARA O HUT, ONDE FOI ATENDIDO SEGUNDO PRONTUÁRIO Nº 447373. A INFORMAÇÃO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO INFORMANTE.

Francisco Stênio Ferreira Barbosa - Mat. 0092681  
AGENTE DE POLÍCIA

JOÃO DE DEUS NUNES DA ROCHA - Noticiante  
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia

## Declaração do proprietário do veículo

Eu, JOÃO DE DEUS NUNES DA ROCHA FILHO

RG nº 3279542, data de expedição 20/11/15.

Órgão SSP PE, portador do CPF nº.

151.826.213-95, com domicílio na cidade.

De TERESINA no Estado de PIAUÍ

Onde resido na (Rua / Avenida / Estrada)

R. SDR. SDR. CESAR MACEDO GALVÃO

nº 5514 complemento VALE QUEM TEM

Declaro, sob as penas da lei, que o veículo abaixo mencionado é ( era ) de

Minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima

JOÃO DE DEUS NUNES DA ROCHA o condutor

Era JOÃO DE DEUS NUNES DA ROCHA

Veículo: MOTO

Modelo: HONDA / CG 150 FAN ESSE

Ano: 2014

Placa: PIA-2746

Chassi: 9C2KCL680EC570585

Data do acidente: 03/06/17

Local e Data: TERESINA ON 27 DE MARÇO 2017

Assinatura do Declarante

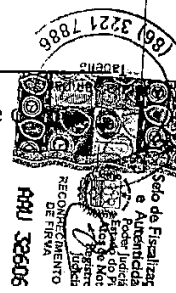
Assinatura do condutor (caso seja um terceiro que não a vítima Reclamante sinistro)

Carência: 15 dias úteis  
3º Ofício de Hóspedes  
Judite de Castro Cardoso  
Fon: 3221 7886

☐ Tabelas

☒ Escritório autorizado

REQUERIDO POR AUTENTICIDADE A FOLHA DE: JOÃO DE DEUS NUNES DA ROCHA FILHO. DOU PE. EM TEST. DA VERDADE. TERESINA-PI. 04/09/2017. Emol.: 5,60 TRL. 72 Seção: 21.001.44.57 Seção: ML. 3206 (F501P-340) JUDITE DE CASTRO CARDOSO - Escrevente Autorizada



3º OFÍCIO

**C.O.B**  
CLÍNICA ORTOPÉDICA BUENOS AIRES

## Clínica Ortopédica Buenos Aires

Rua Castelo do Piauí, 3292 - Bairro Buenos Aires  
Fones: (86) 3214-1600 • CEP 64.009-330 • Teresina-Piauí  
E-mail: clinicacob@hotmail.com

Ao Sr(a). JOAO DE DEUS NUNES DA ROCHA

DR. ALUÍSIO ARCOVERDE  
CRM-PI 2463

DR. ALMIR FILHO  
CRM-PI 2972

DR. DANILO MILHOLI CHAGAS  
CRM-PI 4437

DR. EDMAR JÚNIOR  
CRM-PI 2313

DR. GIOVANNI SILVA  
CRM-PI 1729

DR. FERDINAND FREITAS  
CRM-PI 3096

DR. ROCELDO ANTONIO  
CRM-PI 3531

Audência de Desembargo no  
dia 22/06/17 - BO 10020300  
3772/2017-12 - com 214  
de fratura em segmento  
distal e. Fato de fratura  
necessária a fixação de fratura  
do segmento distal e com  
07/07/17. Efeitos foram nos  
cubos 6-3 mto. 2 imobilização  
funcional Joelho 5. Perda  
de 82%. Fato de alda  
médica definitiva.

Teresina 18 de Outubro de 2017

DR. EDMAR DE SOUZA LIMA JÚNIOR  
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA  
CRM 2313 - TROT - 8054

Dr. Edmar de S. Lima Junior  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 2313-PI



000 + 100: 90 67: 2000

UNIDADE DE PROJETO ATENDIMENTO-RENASCENÇA,  
Rua Rio Verde, 2410, Renascença III - Fone: 86 3234 7074  
TERESINA-PI CEP: 64082-110 CNPJ: 17.577.205/00015-32

## BULLETIN DE ENTRADA (BE)

DR. J. M. DO PACIENTE:

Nome: JOAO DE DEUS NUNES DA ROCHA

EDITE NUNES DA ROCHA

Pat: FRANCISCO RODRIGUES DE SOUSA

Prontuario: 88599

End. Resid.: RUA JORN. JULIO CESAR GALVAO, CASA 5514 - VLE QUEM TEM A INESSINA - FI - CEP:

|                  |            |                  |            |
|------------------|------------|------------------|------------|
| Idade: 50a:0m:3d | 26/12/1966 | Idade: 50a:0m:3d | 26/12/1966 |
|------------------|------------|------------------|------------|

File Level: O MESMO

SECRET

CONFIDENTIAL ORN : 00007754

• **TRUCK** 1111

DATE OF ATTENDMENT:

181268 10530

11.º - vo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO MOTOCICLISTA PARTICULAR

DATA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sintoma de Apresent: Área Incidência:

IISSII

Historia Clas. Risco:

EXAME DE ALUNO DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO COM TRAUMA EM COELHO E/ OU SUGESTIVO DE

COREN FI 321-894

Em: 29/06/2017 10:43

ASS. PROFESSIONAL CLAS. RLSCO:

三、

0,000,000

:SODINITO SOCIET

de et João epos trauma

உதயநாதர் உதயநாதர்

---

UNIVERSITY OF CALIFORNIA

EXEMES COMPLEMENTAIRES

REVISTA MEDICA:

UPA RENASCENÇA  
Rua Rio Verde Nº 2810  
Renascença III CEP 64.082-110  
Teresina - PI

ENCAMINHADO PARA OUTRA UNIDADE

MOTIVO DA ATUA/ENCERRAMENTO:

INFORMANT'S NAME: [REDACTED]

\_\_\_\_\_

Assinatura Paciente ou Responsável

CRM3567 Em: 29/06/2017 12:02:16

ALBERT BASILIO MEDEIROS

*Dr. Albert H. Redden*  
Oncopediatric Hematology  
Chicago, Ill. Coluna

247

Senha: 29.06.2017 023

FMS  
Fundação Municipal  
de Saúde



Prefeitura de  
**Teresina**



**SUS**

Sistema  
Único  
de Saúde

17.577.205/0015-32  
UPA RENASCENÇA  
Rua Rio Verde Nº 2810  
Renascença III CEP 64.082-110  
Teresina - PI

## SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

### FICHA DE ENCAMINHAMENTO

|  |                      |  |         |
|--|----------------------|--|---------|
| Da Unidade   | UPA                  | Para Unidade   | HUT/HPM |
| Paciente   | João de Deus Nunes   | Registro   |         |
| MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO   |                      |  |         |
| Paciente apresenta dor e edema em Joelho Esquerdo após acidente automobilístico há 3h<br>ADM doloroso<br>Rx → fratura platô tibial |                      |  |         |
| HD.  | Fratura platô tibial | Dr. Albert Medeiros<br>Ortopedia/Traumatologia<br>Clínica da Coluna<br>64.081.3567 |         |
| Data   | 29 / 06 / 2017       | Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo                                     |         |

### FICHA DE RETORNO

|  |  |
|--|--|
| Da Unidade   | Para Unidade                                   |
| DIAGNÓSTICO  |  |
| Confere Com o Original<br>17 577 205/0015-32<br>UPA RENASCENÇA<br>Rua Rio Verde Nº 2810<br>Renascença III CEP 64.082-110<br>Teresina - PI<br>marasanta<br>02/08/17 |  |
| Data   | Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo |



HOSPITAL  
DE URGÊNCIA  
DE TERESINA

NOME DO PACIENTE: João de Deus Nunes da Rocha

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 447373

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME

"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO  
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS  
À SUA UTILIZAÇÃO".



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT  
Rua Dr. Otto Tito, 1820 - Redenção - Fone: 86 3229 4872  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Verde

## BOLETIM DE ENTRADA - BE

### DADOS DO PACIENTE:

|               |  |             |                     |
|---------------|--|-------------|---------------------|
| Nome:         | JOAO DE DEUS NUNES DA ROCHA  | Prontuário: | 447373              |
| Mãe:          | EDITE NUNES DA ROCHA   | Pai:        |                     |
| End. Resid.:  | RUA JORNALISTA JULIO CESAR M GALVAO N 5514 - VLE QUEM TEM - TERESINA - PI - CEP: 64000-010 |             |                     |
| Nascimento:   | 26/12/1966   | Idade:      | 50a:6m:3d           |
| Sexo:         | Masculino  | Fone:       | 86-94346-509        |
| Responsável:  | MARIA ODETE  | CNS:        | 898003736102498     |
| Profissão:    | AUTONOMO   | Documento:  | RG: 757681 - SSP PI |
| G. Instrução: | Fundamental Incompleto   | E. Civil:   | Casado(a)           |
| End. Local:   |  |             |                     |

### DADOS DO ATENDIMENTO:

|                    |  |                |                     |                     |                            |
|--------------------|--|----------------|---------------------|---------------------|----------------------------|
| Código:            | 613816   | Data:          | 29/06/2017 17:28:34 | Condução:           | TIPO DE RISCO DE TERCEIROS |
| Motivo da Procura: | ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC) |                |                     | Convênio:           | S U S                      |
| Acid. Trab.:       | Não  | Acid. Trajeto: | Não                 | Acid. Trab. Típico: | Não                        |
|                    |  |                |                     | CID Secundário:     | V299                       |

### DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

|   |   |   |                |
|---|---|---|----------------|
| Sinal/Sintoma:  | Evento Principal:   | Destino:  | Classificação: |
| PROBLEMAS EM EXTREMIDADES   | Deformidade   | ORTOPEDISTA   | Verde          |
| Breve História:   | PACIENTE ENCAMINHADO DA UPA RENASCENÇA COM FRATURA EM TÍBIA |   |                |
| Nemésio Martins de Castro Neto<br>Médico: 70691<br>SAME-HUT<br>Confere com Original |   | JOSENEIDE BARBOSA DE SOUSA<br>COREN: 2861022-1<br>Em: 29/06/2017 17:33:26 |                |

### DADOS CLÍNICOS: (Hora: \_\_\_\_:\_\_\_\_)

Fratura de platô tibial (E); diáfise de tibia (E)  
Obs: Es-mobilizada: em tratamento para repetida (E) / Chaveles  
Obs: Envolvimento clínico melhor após liberação; melhorias no atendimento

|                      |          |        |     |     |        |
|----------------------|----------|--------|-----|-----|--------|
| PA                   | (X) mmHg | Pulso: | FC: | bpm | Temp.: |
| Diagnóstico Inicial: |          |        |     |     |        |

### CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

29/06/17 (20:30h).  
Paciente com história de diagnóstico de lesão de V. A. há 40 dias, já em fase de recuperação, sem sintomas. E. diáfise e faz uso de metformina 850mg/dia. Glicemia capilar após: 203 mg/dl (OBS: Não faz uso de metformina hoje!). CP: 11 mmHg. regular 04/05/SS após; 2) Seguir fracionamento com metformina 850mg/dia. 3) Alta da

|  |   |                    |
|--|---|--------------------|
| MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:                                     | clínica médica; 47 Anos, unilaterais de otite | Procedimento e CID |
| DATA:  | / /   | HORA:              |
| Dr. Adriano Lima dos Reis<br>CRM: PI 24511 / CPE: 697.324.643-00 |   | CID                |

Maria Odeete Soares da Rocha  
Assinatura Paciente ou Responsável

20:40h - Administrado 405 de IR de acordo com prescrição

0415030013  
Assinatura - Profissional  
Flávio Márcio S. de S. Camargo  
Ortopedista e Traumatologista  
CRM: PI 31302  
Téc. de Enfermagem  
RAC: PI 146.810.77



17.577.205/0015-32  
UPA RENASCENÇA  
Rua Rio Verde Nº 2810  
Renascença III CEP 64.082-110  
Teresina - PI

**SERVICO URGENCIA E EMERGENCIA**  
**FICHA DE ENCAMINHAMENTO**

|  |                       |              |                 |
|--|-----------------------|--------------|-----------------|
| Da Unidade   | U.P.A.                | Para Unidade | H.U.T. / H.P.S. |
| Paciente   | João de Deus Nunes    |              | Registro        |
| MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO   |                       |              |                 |
| <p>Paciente apresenta dor e edema em Joelho Esquerdo por acidente automobilístico há 3h</p> <p>ADM dolorosa</p> <p>Não fratura plátio tibial</p> |                       |              |                 |
| HD   | Fratura plátio tibial |              |                 |
| Data   | 29 / 06 / 2017        |              |                 |
| Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo   |                       |              |                 |

**FICHA DE RETORNO**

|  |  |
|--|--|
| Da Unidade   | Para Unidade                                   |
| DIAGNÓSTICO  |  |
| <p></p> <p>Nemésio Martins de Castro Neto<br/>Matrícula: 70691<br/>SAME-HUT<br/>Confere com Original</p> |  |
| Data   | Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo |



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA DR. ZENON ROCHA



## REQUISIÇÃO DE PARECER

|  |   |            |             |
|--|---|------------|-------------|
| NOME   | João d. Deves Nenes de R  | PRONTUÁRIO | CONSULTANTE |
| DA CLÍNICA   | Ortopédica  | LEITO      | 235/62      |
| À CLÍNICA  | Consultas   |            | 232/62      |
| MOTIVO DA CONSULTA   |   |            |             |
| Risco Cirurgico  |   |            |             |
| DATA:  |   |            |             |
| Dr. Gardiano Cronemberger<br>Ortopedista<br>CRM-PI: 3415<br>CRM-MA: 6205 |   |            |             |
| ASS. MÉDICO CONSULTANTE  |   |            |             |
| PARECER  | T O S O C   |            |             |
|  | D. M. G. uso de   |            |             |
|  | Mg a Mg   |            |             |
|  | EC = normal   |            |             |
|  | Normal c/ cirúrgico   |            |             |
|  | BAIXO RISCO P/  |            |             |
|  | PROCEDIMENTO ORTOPÉDICO   |            |             |
|  | Nemesio Martins de Castro Neto<br>Médico: 70691<br>SAMB-HUT<br>Confere com Original |            |             |
|  | Dr. Antonio Vieira de Jesus<br>Cardiologista<br>CRM: 2138                           |            |             |

DATA: 3/8/12

ASS. MÉDICO ESPECIALISTA

**PRESCRIÇÃO MÉDICA**

|   |            |  |         |              |       |
|---|------------|--|---------|--------------|-------|
| NOME DO PACIENTE<br><b>João de Deus Figueira da Rocha</b>   | PRONTUÁRIO | D. NASCIMENTO  | CLÍNICA | ENF. ou APT. | LEITO |
| DIAGNÓSTICO ATUAL E COMORBIDADES<br><b>Fract. platis + diáfric</b>  | ALERGIAS   | MÉDICO ASSISTENTE/ ESPECIALIDADE   |         |              |       |
| PRESCRIÇÃO MÉDICA<br>DATA: <b>29/05/17</b> HORA:  | HORÁRIO    | OBSERVAÇÕES  |         |              |       |
| 1 - Dieta geral<br>2 - Sf 0,9% 500ml EV de 12/12h<br>3 - Dipirona 01 amp + ADEV 6/5h<br>4 - Tenoxicam 20mg + ADEV 12/12h<br>5 - Ranitidina 50mg + ADEV 8/3h<br>6 - Plasil 01 amp + ADEV 8/8h<br>7 - CCGG + SSVV<br>8 - <b>Claxone 10mg (C) 1x/dia</b> |            | 29:45h. Paciente admitido no PT com fratura de tibia (E) proveniente da sala verde. Segue estável, consciente, orientado, eufórico, afebril. Refere dor em MSE. Ag. cirurgia para amarração. |         |              |       |
| 12<br>11<br>21 16x8 36 158 149<br>06 16x6 367 67 138 149  |            | 20:30 Paciente relatou ser diabético e fazer uso de metformina 800mg - 1x/dia.   |         |              |       |

MÉDICO/CRM:

Mod: 007



MÉDICO/CRM:

-Mod: 007

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - PÓS - OPERATÓRIO - SRPA

NOME João de Deus IDADE 32 anos DATA 02/02/2017

HORÁRIO DE ADMISSÃO 12h15 min TIPO DE ANESTESIA( ) GERAL ( ) RAQUE ( ) BLOQUEIO ( ) PERIDURAL ( ) SEDACÃO

CIRURGIA REALIZADA \_\_\_\_\_ CIRURGIÃO \_\_\_\_\_

| SINAIS VITAIS                   | ADMISSÃO     | HORÁRIO | SAÍDA           |
|---------------------------------|--------------|---------|-----------------|
| PRESSÃO ARTERIAL (mmHg)         | <u>99/58</u> |         | <u>109/71</u>   |
| FREQUÊNCIA CARDÍACA (bpm)       | <u>85</u>    |         |                 |
| SATURACÃO DE O <sub>2</sub> (%) | <u>99%</u>   |         | <u>96</u>       |
| TEMPERATURA AXILAR (°C)         |              |         | <u>98% 100%</u> |
| FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA (rpm)   |              |         |                 |
| NOME/MATRÍCULA                  | <u>João</u>  |         |                 |

| ÍNDICE DE ALDRETT-KROULIK |   | ADMISSÃO                              | SAÍDA                                 |
|---------------------------|---|---------------------------------------|---------------------------------------|
| ATIVIDADE MUSCULAR        | Movimenta os quatro membros   | 2 <input type="checkbox"/>            | 2 <input type="checkbox"/>            |
|                           | Movimenta dois membros  | 1 <input type="checkbox"/>            | 1 <input type="checkbox"/>            |
|                           | É incapaz de mover os membros voluntariamente ou sob comando                                | 0 <input type="checkbox"/>            | 0 <input type="checkbox"/>            |
| RESPIRAÇÃO                | É capaz de respirar profundamente ou de tossir livremente                                   | 2 <input checked="" type="checkbox"/> | 2 <input checked="" type="checkbox"/> |
|                           | Apresenta dispnéia ou limitação da respiração   | 1 <input type="checkbox"/>            | 1 <input type="checkbox"/>            |
|                           | Tem apnéia  | 0 <input type="checkbox"/>            | 0 <input type="checkbox"/>            |
| CIRCULAÇÃO                | PA em 20% do nível pré-anestésico   | 2 <input checked="" type="checkbox"/> | 2 <input checked="" type="checkbox"/> |
|                           | PA em 20-49% do nível anestésico  | 1 <input type="checkbox"/>            | 1 <input type="checkbox"/>            |
|                           | PA em 50% do nível pré-anestésico   | 0 <input type="checkbox"/>            | 0 <input type="checkbox"/>            |
| CONSCIÊNCIA               | Esta lúcido e orientado no tempo e espaço   | 2 <input checked="" type="checkbox"/> | 2 <input checked="" type="checkbox"/> |
|                           | Desperta, se solicitado   | 1 <input type="checkbox"/>            | 1 <input type="checkbox"/>            |
|                           | Não responde  | 0 <input type="checkbox"/>            | 0 <input type="checkbox"/>            |
| SATURAÇÃO O <sub>2</sub>  | É capaz de manter saturação de O <sub>2</sub> maior de 92% respirando em ar ambiente        | 2 <input checked="" type="checkbox"/> | 2 <input checked="" type="checkbox"/> |
|                           | Necessita de O <sub>2</sub> para manter saturação maior que 90%                             | 1 <input type="checkbox"/>            | 1 <input type="checkbox"/>            |
|                           | Apresenta saturação de O <sub>2</sub> menor que 90%, mesmo com suplemento de O <sub>2</sub> | 0 <input type="checkbox"/>            | 0 <input type="checkbox"/>            |

|                        |                    |           |   |
|------------------------|--------------------|-----------|---|
| ESCALA DE DOR ADMISSÃO | ESCALA DE DOR ALTA | TOTAL     | ASS.  |
| <u>0</u>               | <u>0</u>           | <u>09</u> | <u>Cristiane Thaumato de Mello Ferreira</u> |
|                        |                    |           | <u>COREN - PI 149441</u>                    |
|                        |                    |           | <u>ENFERMEIRA</u>                           |

|                     |                    |                    |         |                |           |
|---------------------|--------------------|--------------------|---------|----------------|-----------|
| ( ) SONDAS VESICAIS | ( ) DRENO DE SUÇÃO | ( ) DRENO TORACICO | ( ) DVE | ( ) COLOSTOMIA | SONDA ( ) |
| hs mL               | hs mL              | hs mL              | hs mL   |                |           |
| hs mL               | hs mL              | hs mL              | hs mL   |                |           |

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM:  
12:15 - Pac admitido na SRPA, em POI de fratura de platô tibial  
por efeito de agudização da lesão, com quadro clínico, suplen  
02, HV em curv. 88V estavel.

Cristiane Thaumato de Mello Ferreira  
COREN - PI 149441  
ENFERMEIRA

Nemésio Martins de Castro Neto  
Matrícula: 70691  
SAME-HUT  
Confere com Original

PRESCRIÇÃO MÉDICA

ALTA SRPA

HORÁRIO

ANESTESIOLOGISTA

AMINHAMENTO [ ] EXTERNO [ ] SALA DE GESSO [ ] IMAGENS E GRÁFICOS [ ]

[ ] [ ] [ ] [ ] EMERGÊNCIA PED. UTI [ ] PED [ ] NEURO [ ] GERAL [ ] [ ] QUEIM. CLÍNICA: [ ] PED [ ] MORT [ ] NEU [ ] CIR [ ] MED



## Identificação do Estabelecimento de Saúde

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

## SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

**JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO**

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Periclose com furo de  
planalto com fixação com anilha

AUTORIZAÇÃO

Assinatura Autorização: 48-CNS/CPF:

**AUTORIZAÇÃO**

Fabiane Camilo da Silva  
Assessora de Assistência  
CRM-PI 1446 CPF: 201.714.14  
CNPJ 09180092778



INDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AGÊNCIA DE TERESINA - HUT

HOSPITAL DE

## PRESCRIÇÃO MÉDICA

| NOME DO PACIENTE   |   | PRONTUÁRIO | IDADE | CLÍNICA    | ENF. OU AP | LEITO                         | MÉDICO ASSISTENTE |
|--|---|------------|-------|------------|------------|-------------------------------|-------------------|
| JOÃO DE DEUS NUNES DA ROCHA  |   | 447373     | 50    | Ortopédica | 229        | 218                           |                   |
| DATA/HORA<br>CÓDIGO  | PRESCRIÇÃO MÉDICA                             |            |       | HORÁRIOS   |            | OBSERVAÇÕES                   |                   |
| DI: 30/06/2017   | FRAT PLATÔ TIBIAL E                           |            |       |            |            | 8:40 Alta por<br>ordem médica |                   |
| 08/07/17   |   |            |       |            |            |                               |                   |
| 1  | dieta livre                                   |            |       |            |            |                               |                   |
| 2  | gelco salinizado                              |            |       |            |            |                               |                   |
| 3  | Ranitidina 50mg _ 01 amp + AD EV 12/12hs      |            |       |            |            |                               |                   |
| 4  | Cefalotina 1g + AD EV 6/6h                    |            |       |            |            |                               |                   |
| 5  | Dipirona _ 01 amp + AD EV 6/6hs               |            |       |            |            |                               |                   |
| 6  | Tilatil 20mg _ 01 amp + AD EV 12 /12hs        |            |       |            |            |                               |                   |
| 7  | Ibuprofeno                                    |            |       |            |            |                               |                   |
| 8  | 150-200 2UI SC; 201-250 4UI SC; 251-300 6UISC |            |       |            |            |                               |                   |
| 9  | 301-350 8UISC; 351-400 10UI SC >400 12UI SC   |            |       |            |            |                               |                   |
| 10   | glicose 50% 4amp EV se glicemia <= 70mg/dl    |            |       |            |            |                               |                   |
| 11   | Cuidados gerais e sinais vitais               |            |       |            |            |                               |                   |
| <div>Dr. João Henrique L. Araújo<br/>Ortopedia e Traumatologia<br/>CRM 3367</div> <div>Dr. Ricardo S. Valença<br/>Ortopedia e Traumatologia<br/>CRM 3367</div> <div>Dr. Paulo Roberto de Faria<br/>Ortopedia e Traumatologia<br/>CRM 3367</div> <div>Dr. Yuri Augusto Faria<br/>Ortopedia e Traumatologia<br/>CRM 3367</div> |   |            |       |            |            |                               |                   |
| CRM3415-TEOT10029 / CRM3766-TEOT11305 / CRM3367  |   |            |       |            |            |                               |                   |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 07/07/17

|   |                               |
|---|-------------------------------|
| NOME DO PACIENTE: João de Deus N. Rocha | PRONTUÁRIO Nº: 447393         |
| DIAGNÓSTICO: fratura                    | CIRURGIA: Rolo + drop + anexo |
| ANESTESIA: Raquel                       | Nº DA SALA: 06                |
| CIRURGIÃO: Gláucio Norberto             | CPF Nº: 11                    |
| AUXILIAR: Flávio                        | CPF Nº: 11                    |
| ANESTESIA: Adriano                      | CPF Nº: 11                    |
| INSTRUMENTADORA: Antonia                | CPF Nº: 11                    |

## MATERIAL DE CONSUMO

| DISCRIMINAÇÃO          | UNID. | QUANT. | PREÇO | DISCRIMINAÇÃO          | UNID.  | QUANT. | PREÇO |
|------------------------|-------|--------|-------|------------------------|--------|--------|-------|
| AGULHA 25X8            | UNID. | 01     |       | LÂMINA DE BISTURI 24   | UNID.  | 01     |       |
| AGULHA 30X8            | UNID. | 01     |       | LUVA Nº 7.5            | PAR    | 03     |       |
| AGULHA 40X12           | UNID. | 01     |       | LUVA Nº 8.0            | PAR    | 02     |       |
| AGULHA RAQUE 25        | UNID. | 01     |       | LUVA DE PROCEDIMENTO   | PAR    | 06     |       |
| ALCOOL 70%             | ML    | 80     |       | PVPI DE GERMANTE       | ML     | 200    |       |
| ALGODÃO                | BOLA  | 03     |       | PVPI TÓPICO            | ML     | 100    |       |
| ÁGUA OXIGENADA         | ML    | 100    |       | PVPI TINTURA           | ML     | —      |       |
| COMPRESSA              | PAC.  | 04     |       | SERINGA 20CC           | UNID.  | 01     |       |
| EQUIPO MACRO-GOTA      | UNID. | 01     |       | SERINGA 10CC           | UNID.  | 01     |       |
| ESPARADRAPO            | CM    | 70     |       | SERINGA 5CC            | UNID.  | 01     |       |
| ESCALPE Nº             | UNID. | —      |       | SERINGA 3CC            | UNID.  | —      |       |
| FORMOL                 | ML    | —      |       | SORO FISIOLÓGICO 500ml | FRASCO | 06     |       |
| GASES                  | PAC.  | 03     |       | SONDA URETRAL          | UNID.  |        |       |
| JELCO Nº 20            | UNID. | 01     |       | escova                 | 03     |        |       |
| FIOS                   | UNID. | QUANT. | PREÇO | OCORRÊNCIA             |        |        |       |
| CAT. GUT. SIMPLES C/AG |       |        |       | crepom                 | 03     |        |       |
| CAT. GUT. SIMPLES S/AG |       |        |       | le todo                | 05     |        |       |
| CAT. GUT. CROMADO C/AG |       |        |       | cate ter               | 01     |        |       |
| CAT. GUT. CROMADO S/AG |       |        |       | deno 3.2               | 01     |        |       |
| ALCOFIL nylon 0        | 01    |        |       |                        |        |        |       |
| MONONYLON 2.0          | 03    |        |       |                        |        |        |       |
| FITA UMBILICAL         |       |        |       |                        |        |        |       |
| VICRYL 2.0             | 01    |        |       |                        |        |        |       |
| PROLENE                |       |        |       |                        |        |        |       |

Nemésio Martins de Castro Neto  
Matricula: 70891  
SAMBUHUT  
confere com Original

MOD 094





# RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

MOB. 76 - HUT



FOLHA DE ANESTESIA  
RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

UNIDADE DE SAÚDE 190

|                                    |              |                |                |
|------------------------------------|--------------|----------------|----------------|
| NOME DO PACIENTE                   |              | Nº DE REGISTRO |                |
| Nelson de Deus Nunes da Rocha      |              | 447373         |                |
| DATA                               | P. ARTERIAL  | PULSO          | RESPIRAÇÃO     |
| 07/07/17                           | 120 x 70     | 80 bpm         |                |
| EXAMES DE SANGUE                   | GR. SANGÍNEO | HEMATIMETRIA   | HEMOGLOBINEMIA |
|                                    |              |                |                |
| EXAMES DE URINA                    |              |                |                |
| FUNÇÃO RESPIRATÓRIA                |              |                |                |
| SISTEMA CIRCULATÓRIO               |              |                |                |
| SISTEMA RESPIRATÓRIO               |              |                |                |
| SISTEMA DIGESTIVO                  |              |                |                |
| SISTEMA URINÁRIO                   |              |                |                |
| ESTADO MENTAL                      |              |                |                |
| DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO         |              |                |                |
| PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)      |              |                |                |
| APLICADO AS                        |              |                |                |
| EFEITOS                            |              |                |                |
| TOTAL DE DOSES                     |              |                |                |
| AGENTES ANESTÉSICOS                | OXIGÊNIO     |                |                |
|                                    | 1            |                |                |
|                                    | 2            |                |                |
|                                    | 3            |                |                |
| LÍQUIDOS                           | SO-UTO       | 500            |                |
|                                    | SANGUE       | 400            |                |
|                                    | OUTROS       | 300            |                |
| TEMPERATURA                        | T            | 38             |                |
| P. ARTERIAL                        | V            | 200            |                |
| O                                  | PULSO        | 180            |                |
| INÍCIO E FIM ANESTESIA             | X            | 160            |                |
| INÍCIO E FIM OPERAÇÃO              |              | 140            |                |
| RESPIRAÇÃO                         |              | 120            |                |
| PRE-MEDICAÇÃO                      |              | 100            |                |
| PRE-MEDICAÇÃO                      |              | 80             |                |
| PRE-MEDICAÇÃO                      |              | 60             |                |
| PRE-MEDICAÇÃO                      |              | 40             |                |
| PRE-MEDICAÇÃO                      |              | 20             |                |
| PRE-MEDICAÇÃO                      |              | 10             |                |
| PRÉ-MEDICAÇÃO SÍMBOLOS             |              |                |                |
| INCIDENTE ACIDENTE                 |              |                |                |
| OPERAÇÃO                           |              |                |                |
| CIRURGIÕES                         |              |                |                |
| ANESTESISTAS                       |              |                |                |
| CONDICÕES PÓS-OPERATÓRIO IMEDIATAS |              |                |                |
| PARTICULARIDADES                   |              |                |                |

MOD. 76 - HUT

TUH-87.00M



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 - Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

**LAUDO MÉDICO**

Paciente: **JOAO DE DEUS NUNES DA ROCHA** (Prontuário: 447373)  
Endereço: RUA JORNALISTA JULIO CESAR M GALVAO N 5514 - VLE QUEM TEM - TERESINA - PI CEP: 64000-010  
Nascimento: 26/12/1966 Idade: 50a:7m:18d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 193262  
Requisição: 756073 Solicitação: 07/07/2017 Solicitante: FLAVIO MACIEL BARBOSA DE SANTANA COUTINHO  
Controle: 940315 Convênio: S U S CLÍNICA ORTOPÉDICA - P11 ENFERMARIA 229 LEITO 218

**RELATÓRIO:**

Cod. SIA: 0204060168

Data Exame: 07/07/2017

**PERNA ESQUERDA**

O estudo radiológico da perna esquerda foi realizado nas incidências em pa/perfil.  
Os seguintes aspectos observados:

- Fratura cominutiva no fio proximal fixado por placa metálica.

(IRANDI SILVA)

TERESINA - PI 14/07/2017

**ELIANE RODRIGUES MENDES**

CPF: 261.144.103-00 CRM-PI 2710

Profissional Responsável



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

**LAUDO MÉDICO**

Paciente: **JOAO DE DEUS NUNES DA ROCHA** (Prontuário: 447373)  
Endereço: RUA JORNALISTA JULIO CESAR M GALVAO N 5514 - VLE QUEM TEM - TERESINA - PI CEP: 64000-010  
Nascimento: 26/12/1966 Idade: 50a:7m:18d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 193262  
Requisição: 756073 Solicitação: 07/07/2017 Solicitante: FLAVIO MACIEL BARBOSA DE SANTANA COUTINHO  
Controle: 940315 Convênio: S U S CLÍNICA ORTOPÉDICA - P11 ENFERMARIA 229 LEITO 218

**RELATÓRIO:**

Cod. SIA: 0204060168

Data Exame: 07/07/2017

**PERNA ESQUERDA**

O estudo radiológico da perna esquerda foi realizado nas incidências em pa/perfil.  
Os seguintes aspectos observados:

- Fratura cominutiva no fio proximal fixado por placa metálica.

(IRANDI SILVA)

TERESINA - PI 14/07/2017

**ELIANE RODRIGUES MENDES**

CPF: 261.144.103-00 CRM-PI 2710

Profissional Responsável

